



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

FSL

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 4534/2021

Assunto: Providências visando à elaboração de estudos para envio a esta Câmara de projeto de lei referente à concessão de isenção ou desconto no pagamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) nos casos de imóveis localizados em Áreas de Preservação Permanente (APP).

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí que sejam tomadas providências visando à elaboração de estudos para envio a esta Câmara de projeto de lei referente à concessão de isenção ou desconto no pagamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) nos casos de imóveis localizados em Áreas de Preservação Permanente (APP).

Sabemos que a legislação tributária nacional estabelece o consagrado conceito de tributo (art. 3º do CTN), por onde se extrai que o princípio da legalidade é inafastável, tanto na criação do tributo, como também em sua extinção e nas modalidades de isenção. Assim, a lógica tributária nacional vincula a criação e extinção do IPTU ao princípio da legalidade. Dessa forma, somente a partir da lei poderá ser promovida a isenção. No caso do IPTU, a competência para criar tributos (e consequentemente viabilizar isenções) é dos municípios, conforme estabelece a Constituição Federal (art. 156, inciso I). E, nesse sentido, diversos são os Municípios que concedem tal benefício.

O ordenamento que o regulamenta é o Código Tributário Nacional (CTN) nos artigos 32 a 34. O caput do artigo 32 do CTN prevê a cobrança do IPTU caso haja propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel, localizado na zona urbana do Município, tendo por base de cálculo o valor venal do imóvel. Assim, basta ser proprietário, possuidor ou ter domínio útil de determinada propriedade para ser sujeito passivo do IPTU.

Por sua vez, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) são, na inteligência do artigo 3º, inciso II da Lei nº 12.651 (novo Código Florestal), “a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e da flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

FSL

Indicação nº 4534/2021 - Vereadora Maria Amélia - fls. 2/2

Assim, solicitamos ao senhor Prefeito Municipal que analise a possibilidade de isenção ou concessão de desconto do IPTU para imóveis localizados em APPs, uma vez que a medida é viável sempre que o Município em que se situa o imóvel estipular lei concedendo o benefício.

Em Santa Catarina, por exemplo, o município de Florianópolis concede a benesse às APPs “não edificadas, devidamente averbadas na matrícula do imóvel e fisicamente sinalizadas pelos proprietários, desde que não degradadas” (art. 225, inciso X, da Lei Complementar nº 7/97). Por sua vez, em São Paulo, a título exemplificativo, o município de Campinas estabelece isenção para as áreas de preservação permanente referentes “aos maciços de matas remanescentes de vegetação nativa e ciliar em geral e ao longo dos rios ou de qualquer curso d’água, excetuando os artificiais, localizadas no perímetro urbano do município” (art. 4º, inciso V, da Lei nº 11.111/01).

Por fim, com base nestes argumentos, acreditamos que os imóveis localizados em APP’s possam eventualmente ser beneficiários de alguma lei que isente ou altere a alíquota ou a base de cálculo para cálculo do imposto, em caso da localização estar nesses espaços.

Na certeza de recebermos especial atenção ao indicado, subscrevemos agradecidos.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2021.

MARIA AMÉLIA
Vereadora – PSDB